



# DIÁRIO OFICIAL DO MP

Ano VIII • nº 1622 • Campo Grande – MS • sexta-feira • 10 de novembro de 2017

18 páginas



## Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Gestão 2016-2018

Procurador-Geral de Justiça  
**Paulo Cezar dos Passos**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa  
**Nilza Gomes da Silva**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional  
**Olavo Monteiro Mascarenhas**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Marcos Antonio Martins Sottoriva**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Aroldo José de Lima**  
Ouvidor do Ministério Público  
**Silasneiton Gonçalves**

### COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça *Sérgio Luiz Morelli*  
Procurador de Justiça *Mauri Valentim Riciotti*  
Procurador de Justiça *Hudson Shiguer Kinashi*  
Procurador de Justiça *Olavo Monteiro Mascarenhas*  
Procuradora de Justiça *Irma Vieira de Santana e Anzoategui*  
Procuradora de Justiça *Nilza Gomes da Silva*  
Procurador de Justiça *Silvio Cesar Maluf*  
Procurador de Justiça *Antonio Siufi Neto*  
Procurador de Justiça *Evaldo Borges Rodrigues da Costa*  
Procuradora de Justiça *Marigô Regina Bittar Bezerra*  
Procurador de Justiça *Belmires Soles Ribeiro*  
Procurador de Justiça *Humberto de Matos Brittes*  
Procurador de Justiça *Miguel Vieira da Silva*  
Procurador de Justiça *João Albino Cardoso Filho*  
Procuradora de Justiça *Lucienne Reis D'Avila*  
Procuradora de Justiça *Ariadne de Fátima Cantú da Silva*  
Procurador de Justiça *Francisco Neves Júnior*  
Procurador de Justiça *Edgar Roberto Lemos de Miranda*

Procurador de Justiça *Marcos Antonio Martins Sottoriva*  
Procuradora de Justiça *Esther Sousa de Oliveira*  
Procurador de Justiça *Aroldo José de Lima*  
Procurador de Justiça *Adhemar Mombrum de Carvalho Neto*  
Procurador de Justiça *Gerardo Eriberto de Moraes*  
Procurador de Justiça *Luis Alberto Safrader*  
Procuradora de Justiça *Sara Francisco Silva*  
Procuradora de Justiça *Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya*  
Procuradora de Justiça *Mara Cristiane Crisóstomo Bravo*  
Procurador de Justiça *Helton Fonseca Bernardes*  
Procurador de Justiça *Gilberto Robalinho da Silva*  
Procurador de Justiça *Paulo Cezar dos Passos*  
Procuradora de Justiça *Jacaguara Dantas da Silva Passos*  
Procurador de Justiça *Rodrigo Jacobina Stephanini*  
Procurador de Justiça *Silasneiton Gonçalves*  
Procurador de Justiça *Sérgio Fernando Raimundo Harfouche*  
Procurador de Justiça *Alexandre Lima Raslan*

#### EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

#### DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais  
(67) 3318-2091 e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos  
Direitos Humanos  
(67) 3318-2160 e-mail: [caopjdcc@mpms.mp.br](mailto:caopjdcc@mpms.mp.br)

#### DIÁRIO OFICIAL – DOMP-MS

Criação: Assessoria de Comunicação  
Editoração eletrônica: Secretaria-Geral  
Endereço: Rua Pres. Manuel Ferraz de Campo Salles, 214 | Jardim Veraneio  
CEP 79031-907 | Campo Grande- MS  
Telefone: (67) 3318-2054 | [dompms@mpms.mp.br](mailto:dompms@mpms.mp.br)

**SUMÁRIO**

Procuradoria-Geral de Justiça .....	2
Procuradoria-Geral Adjunta de Justiça Administrativa .....	3
Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional .....	4
Secretaria de Recursos Humanos .....	7
Editais das Promotorias de Justiça .....	8

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****EXTRATO DAS PORTARIAS EXPEDIDAS PELO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA**

**O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E:**

**Autorizar** o Procurador de Justiça **Sergio Fernando Raimundo Harfouche** para participar, como palestrante, do VIII Fórum Social sobre Drogas do Estado do Piauí, a ser realizado nos dias 9 e 10.11.2017, em Teresina/PI (Port. nº 3861/2017-PGJ, de 9.11.2017).

**O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E:**

**Suspender**, por necessidade de serviço, a partir de 10.11.2017, as férias do Promotor de Justiça **Juliano Albuquerque**, concedidas por meio da Portaria nº 1850/2017-PGJ, de 7.6.2017 (Port. nº 3789/2017-PGJ, de 1º.11.2017).

**O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E:**

**Designar** o 3º Promotor de Justiça de Aquidauana, **Antenor Ferreira de Rezende Neto**, para, sem prejuízo de suas funções, atuar no controle externo concentrado da atividade policial e realizar as visitas previstas no art. 4º, I, da Resolução CNMP nº 20/2007, na comarca de Dois Irmãos do Buriti, no dia 17.11.2017 (Port. nº 3851/2017-PGJ, de 9.11.2017).

**O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E:**

**Conceder** ao Promotor de Justiça **Romão Avila Milhan Junior** 15 (quinze) dias de licença-paternidade, a partir de 25.10.2017, e 5 (cinco) dias, em prorrogação, nos termos do inciso VI do artigo 139, e do artigo 154, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 153, de 6.7.2011, e da Resolução nº 21/2017-PGJ, de 28.8.2017 (Port. nº 3852/2017-PGJ, de 9.11.2017).

**O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E:**

**Designar** a 2ª Promotora de Justiça de Fátima do Sul, **Suzi Lucia Silvestre da Cruz D’Angelo**, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante o Juizado Especial Adjunto da referida Comarca, no período de 25.10 a 13.11.2017, em razão de licença-paternidade do Promotor de Justiça Romão Avila Milhan Junior (Port. nº 3853/2017-PGJ, de 9.11.2017).

**O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E:**

**Conceder** ao Promotor de Justiça **Marcelo Ely** 2 (dois) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos dias 6 e 7.9.2014, a serem usufruídos nos dias 6 e 7.12.2017, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015 (Port. nº 3854/2017-PGJ, de 9.11.2017).

**O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E:**

**Conceder** ao Promotor de Justiça **Marcelo Ely** 1 (um) dia de férias compensatórias, referente ao recesso forense de 22 a 31 de dezembro de 2003, a ser usufruído no dia 11 de dezembro de 2017, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013 (Port. nº 3855/2017-PGJ, de 9.11.2017).

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

**Autorizar** o 1º Promotor de Justiça de Iguatemi, **Thiago Barbosa da Silva**, a frequentar o Curso de Aperfeiçoamento para Agentes Políticos do Ministério Público Brasileiro, promovido pela Escola Nacional do Ministério Público (ENAMP), na cidade de Belo Horizonte/MG, sem ônus para a Administração, a ser realizado no período de 27.11 a 1º.12.2017 (Port. nº 3856/2017-PGJ, de 9.11.2017).

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

**Designar** o Promotor de Justiça **Marcos Roberto Dietz** para, sem prejuízo de suas funções, atuar na audiência dos autos da Ação Penal nº 0800660-04.2017.8.12.0018, no dia 9.11.2017, na comarca de Paranaíba (Port. nº 3865/2017-PGJ, de 9.11.2017).

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

**Conceder** às Promotoras de Justiça abaixo relacionadas compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015 (Port. nº 3866/2017-PGJ, de 9.11.2017).

PROMOTORA DE JUSTIÇA	PLANTÃO	DIAS DE GOZO
Jerusa Araujo Junqueira Quirino	28.3.2015	14.11.2017
Fernanda Rottili Dias	12.7.2014	17.11.2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

**Autorizar** o Procurador de Justiça **Mauri Valentim Riciotti** e os Promotores de Justiça **Thalys Franklyn de Souza** e **Tiago Di Giulio Freire** a participarem da XV Reunião Plenária da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro, ENCCLA, 2018, que ocorrerá no período de 20 a 24 de novembro de 2017, na cidade de João Pessoa/PB (Port. nº 3872/2017-PGJ, de 9.11.2017).

(a) **Paulo Cezar dos Passos**

Procurador-Geral de Justiça

#### EXTRATO DA PORTARIA EXPEDIDA PELO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM EXERCÍCIO

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

**Designar** os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 89/PGJ/2017, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor do Contrato – **Murilo Rolim Neto**, Diretor da Secretaria de Administração; 1.1) Suplente – **Nádia de Moura Mattos**, Analista/Administração; 2) Fiscal – **Carlos Cesar de Araujo Junior**, Analista/Engenharia Civil; 2.1) Suplente – **Renato Boggi Rodrigues**, Chefe do Departamento de Engenharia (Processo PGJ/10/3049/2017) (Port. nº 3848/2017-PGJ, de 8.11.2017).

(a) **Humberto de Matos Brittes**

Procurador-Geral de Justiça em exercício

#### PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA

#### EXTRATO DAS PORTARIAS EXPEDIDAS PELO PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO EM EXERCÍCIO

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E:

**Alterar** a Portaria nº 1550/2017-PGJ, de 11.5.2017, com a redação dada pela Portaria nº 3664/2017-PGJ, de 24.10.2017, na parte que concedeu férias regulamentares ao servidor **Rodrigo Peixoto Santos**, do Quadro do Ministério Público Estadual,

de forma que, **onde consta**: “2º Período – 13 a 22.11.2017”, **passa a constar**: “2º Período – 20 a 29.11.2017” (Port. nº 3864/2017-PGJ, de 9.11.2017)

O **PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO** em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**RESOLVE**:

**Conceder** à servidora **Zilda Gonçalves Bittencourt Vieira**, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 5 (cinco) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 6 a 10.11.2017, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009 (Port. nº 3859/2017-PGJ, de 9.11.2017).

(a) **Humberto de Matos Brittes**

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

### CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL

#### AVISO Nº 032/CEAF-2017 - XX PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

O Presidente da Comissão do XX Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, homologado por meio do Aviso Nº 001/CEAF-2017 de 03 de agosto de 2017, publicado no DOMP nº 1560, de 4 de agosto de 2017, declara a **DECADÊNCIA** do direito de ser empossado dos candidatos abaixo relacionados, nos termos do item 5, IX do Edital nº 001/2017-CEAF, de 16 de março de 2017, publicado no DOMP nº 1467, de 17 de março de 2017.

#### DIREITO – Campo Grande - Nível Graduação

##### Turno do Estágio: Matutino

CANDIDATO	POSIÇÃO	CONVOCAÇÃO
EDSON ANTONIO DUARTE NETO	21	AVISO Nº010/CEAF-2017
AILTON CARBALHO COLMAN	27	AVISO Nº010/CEAF-2017
THIAGO FERNANDES MACHADO	44	AVISO Nº 025/CEAF-2017

#### DIREITO – Campo Grande – Nível Graduação

##### Turno do Estágio: Vespertino

CANDIDATO	POSIÇÃO	CONVOCAÇÃO
NATHALIA CAVALCANTE GALARZA PEREZ	23	AVISO Nº010/CEAF-2017
BRAZ VIALES GOMES JÚNIOR	31	AVISO Nº010/CEAF-2017
GIOVANNA ESPINDOLA MELGAREJO	36	AVISO Nº010/CEAF-2017
WELLINGTON CASTANHA DA SILVA	45	AVISO Nº 025/CEAF-2017
GRISELY APARECIDA DOS REIS JHAN	51	AVISO Nº 025/CEAF-2017

Campo Grande, 09 de novembro de 2017.

a) **Edgar Roberto Lemos de Miranda**

Procurador de Justiça

Coordenador do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional - CEAF

#### AVISO Nº 033/2017-CEAF – XX PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

O Presidente da Comissão do XX Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, homologado por meio do Aviso nº 001/CEAF-2017, publicado no DOMP nº 1560, de 4 de agosto de 2017, nos termos do item 5 do Capítulo IX – Da Convocação e Admissão – do Edital nº 001/2017-CEAF, publicado no DOMP nº 1467, de 17 de março de 2017, torna pública a relação dos candidatos que manifestaram opção de **DESISTÊNCIA** da vaga de estagiário.

#### DIREITO – Campo Grande - Nível Graduação

##### Turno do Estágio: Matutino

CANDIDATO	POSIÇÃO	CONVOCAÇÃO
ELIZ REGINA NEVES DA CUNHA	45	AVISO Nº 025/CEAF-2017
GABRIEL RAVAGLIA MAIA LIMA	49	AVISO Nº 025/CEAF-2017

#### DIREITO – Campo Grande - Nível Graduação

**Turno do Estágio: Vespertino**

CANDIDATO	POSIÇÃO	CONVOCAÇÃO
AMANDA LUCIO DA SILVA GONÇALVES	35	AVISO Nº010/CEAF-2017

Campo Grande, 09 de novembro de 2017.

**a) EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA**

Procurador de Justiça

Coordenador do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional - CEAF

**AVISO Nº 034/CEAF-2017 - XX PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS**

O Presidente da Comissão do XX Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, homologado por meio do Aviso Nº 001/CEAF-2017 de 03 de agosto de 2017, publicado no DOMP nº 1560, de 4 de agosto de 2017, torna pública a relação dos candidatos que manifestaram opção de **DESISTÊNCIA TEMPORÁRIA** da vaga de estagiário, nos termos do item 8, IX do Edital nº 001/2017-CEAF, de 16 de março de 2017, publicado no DOMP nº1467, de 17 de março de 2017, renunciando à sua classificação original e sendo reposicionados em último lugar na fila de aprovados.

**DIREITO – Campo Grande - Nível Graduação****Turno do Estágio: Matutino**

CANDIDATO	POSIÇÃO	CONVOCAÇÃO
LUIZ FERNANDO SILVA DE ARRUDA RODRIGUES	20	AVISO Nº010/CEAF-2017
GABRIELLE ANGEL LEIKO REZENDE NAKASHIMA	23	AVISO Nº010/CEAF-2017
LAURA GABOARDI MELQUIADES	30	AVISO Nº010/CEAF-2017
BRUNA NATIELLY DUTRA SANTANA	31	AVISO Nº010/CEAF-2017
FABIANA FRANCISCA DE FREITAS	32	AVISO Nº010/CEAF-2017
HENRIQUE GALEGO RODRIGUES DE BARROS	38	AVISO Nº 025/CEAF-2017

**DIREITO – Campo Grande – Nível Graduação****Turno do Estágio: Vespertino**

CANDIDATO	POSIÇÃO	CONVOCAÇÃO
THAÍS FERNANDES SAKAMOTO	24	AVISO Nº010/CEAF-2017
BRUNNA GRESPAN GOMES	28	AVISO Nº010/CEAF-2017
MIKAELLA BATISTA SILVA	30	AVISO Nº010/CEAF-2017
AMANDA ZANATTA XAVIER DE MENDONÇA	38	AVISO Nº010/CEAF-2017
BIANCA MOREIRA GONCALVES	39	AVISO Nº010/CEAF-2017
GABRIEL OLIVEIRA TRAVEN DO NASCIMENTO	40	AVISO Nº010/CEAF-2017
PEDRO PAULO DA SILVA AMBRÓSIO	44	AVISO Nº 025/CEAF-2017
PEDRO CAVALCANTI MORTARI	48	AVISO Nº 025/CEAF-2017
MARIA HELENA PRADO CAVALCANTE	49	AVISO Nº 025/CEAF-2017
JOSE AMARO DE SOUZA FILHO	54	AVISO Nº 025/CEAF-2017
ÉRIKA TAKAKO MATSUMOTO	55	AVISO Nº 025/CEAF-2017

Campo Grande, 09 de novembro de 2017.

**a) Edgar Roberto Lemos de Miranda**

Procurador de Justiça

Coordenador do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional - CEAF

**AVISO Nº 035/CEAF-2017**

O Presidente da Comissão do XX Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, homologado por meio do Aviso Nº 001/CEAF-2017 de 03 de agosto de 2017, publicado no DOMP nº 1560, de 4 de agosto de 2017, **CONVOCA** os candidatos aprovados, para a **entrega dos documentos necessários ao credenciamento**.

**1. CANDIDATOS CONVOCADOS - COMARCA DE CAMPO GRANDE**

Os candidatos aprovados, acadêmicos do curso de Direito, deverão entregar a documentação no CEAF – Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, situado na sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul,

localizada à Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214- Jardim Veraneio, Campo Grande - MS, nos dias e horários mencionados no quadro abaixo.

#### DIREITO – Matutino - Campo Grande

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSICÃO
20/11/2017	8h30min	BÁRBARA SALENTIM FRANCO	51
20/11/2017	8h30min	CAROLINNE LIMA MAIDANA GAUNA BENITES	52
20/11/2017	8h30min	SAMUEL LUCAD FERNANDES DO CARMO	53
20/11/2017	9h	FELIPE ROSI	54
20/11/2017	9h	MARCUS VINICIUS LOURENÇO FERREIRA	55
20/11/2017	9h	LAIS PAULA TEIXEIRA DA FONSECA	56
20/11/2017	9h30min	WÊNIA LYSANDRA SIQUEIRA IDALINO	57
20/11/2017	9h30min	NAYARA SILVA CORREA	58
20/11/2017	10h	ISABELA RODRIGUES DE MEDEIROS	59
20/11/2017	10h	BIANCA BARBOSA ACOSTA DE OLIVEIRA	60

#### DIREITO – Vespertino – Campo Grande

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSICÃO
20/11/2017	13h30min	ANA CAROLINA FLORESPIVA	59
20/11/2017	13h30min	LARISSA RABELLO LINS SOUSA	60
20/11/2017	13h30min	FLÁVIO PICCOLI NETO	61
20/11/2017	13h30min	NATÁLIA CARVALHO ARAÚJO	62
20/11/2017	14h	GABRIELLA SANÁBRIA ARAÚJO	63
20/11/2017	14h	MARILIA RAMOS	64
20/11/2017	14h	ANDERSON ALBERTO ROQUE DE SOUZA	65
20/11/2017	14h	SUELEN CORREA RODRIGUES	66
20/11/2017	14h30min	ISABELA RONCATTI NUNES DA CUNHA	67
20/11/2017	14h30min	WESLEY MARCELINO DOS SANTOS	68
20/11/2017	14h30min	DANIELLY VIEIRA DE OLIVEIRA	69
20/11/2017	14h30min	GABRIEL SALOMÃO DE MATTOS	70
20/11/2017	15h	ALBERT HUDSON AQUINO BORGES	71
20/11/2017	15h	INGRID PERES DA SILVA PIRES	72
20/11/2017	15h	DANIELLE FELISMINO DA SILVA	73
20/11/2017	15h	LORENNIA PRISTYA GONÇALVES DE CARVALHO	74
20/11/2017	15h30min	JEFERSON BORGES DOS SANTOS JÚNIOR	75
20/11/2017	15h30min	ELISEU FERNANDES	76
20/11/2017	15h30min	MARIANA STEDILE SILVA	77

## 2. RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO
1.	Fotocópia legível da cédula de identidade e do CPF;
2.	Declaração ou certidão de <b>matrícula atualizada</b> , emitida pela instituição de ensino, que informe o <b>ano letivo / turno / semestre / número de dependências de disciplinas e data prevista de conclusão do curso (não será aceito documento que não contenha todas essas informações)</b> ;
3.	Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades do estágio, por meio de anamnese e exame físico;
4.	Certidão de inexistência de antecedentes criminais (Certidões criminais dos cartórios distribuidores das justiças Federal e Estadual que abranjam localidades onde o candidato houver residido nos últimos cinco anos; Certidão e/ou atestado de antecedentes criminais fornecidos pelas Polícias Federal e Estadual que abranjam localidades onde o candidato houver residido nos últimos cinco anos, conforme Capítulo IX, item 16, IV do Edital);
5.	Declaração pessoal de ausência dos impedimentos previstos no art. 42, inciso I da Resolução nº 015/2010-PGJ e art. 19 da Resolução nº 42 do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP;
6.	Declaração pessoal do não exercício da advocacia pública ou privada e de estágio em qualquer outro órgão público ou privado;
7.	Declaração pessoal indicando a agência do Banco do Brasil e número de conta corrente, para o recebimento da bolsa e auxílio transporte;
8.	Atestado de exame ABO-RH;
9.	02 fotografias coloridas, 3x4 recentes;
10.	Ficha de Cadastro – Estágio não obrigatório (disponível no link do CEAF) manuscrito/digitado em todos os campos e assinada;
11.	Declaração de não participação em diretoria de Partido Político (modelo disponível no Anexo VII do Edital de Abertura do Processo Seletivo).

Cumpra-se observar que diante de previsão expressa no EDITAL N.º 001/2017-CEAF, no capítulo “IX - Da Convocação e Admissão”, item 2, antes da entrega dos documentos necessários ao credenciamento: “O candidato regularmente convocado deverá manifestar-se, por meio de mensagem eletrônica, ou apresentar-se no local informado no “e-mail” e

aviso de convocação, no **prazo de 03 (três) dias úteis**, para formalizar manifestação quanto ao interesse no exercício do estágio, desistência ou transposição para o final de lista, se for o caso, sob pena de eliminação do Processo de Seleção”.

O “e-mail” em que a manifestação deverá ser enviada é o seguinte: [ceaf@mpms.mp.br](mailto:ceaf@mpms.mp.br)

Caso o candidato faça a opção por apresentar-se no local, deverá ir até o CEAF/MPMS (Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional), sito à Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, localizada à rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214, Parque dos Poderes, Campo Grande-MS.

Campo Grande, 09 de novembro de 2017.

**a) EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA**

Procurador de Justiça

Coordenador do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional - CEAF

## SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS

### AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

O Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, em exercício, no uso de suas atribuições legais, torna pública a homologação do Processo Seletivo Simplificado de Seleção de Estagiários de Ensino Superior - Letras, das **Promotorias de Justiça da Comarca de Bonito**, objeto do EDITAL N. 001/2017/PJ Bonito, publicado no DOMP-MS n. 1.575, de 28.08.2017, p. 07/13 (Processo PGJ/10/2154/2017).

Campo Grande, 09 de novembro de 2017.

**Humberto de Matos Brittes**

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, em exercício

### EDITAL Nº 009/2017/PJ CAARAPÓ

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio da(s) Promotoria(s) de Justiça da comarca de **Caarapó**, nos termos da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27 de julho de 2010, publicada no Diário da Justiça nº 2247, de 30 de julho de 2010, e das disposições dos arts. 43 e 44 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, modificados pela Lei Complementar nº 133, de 15 de abril de 2009, torna pública a **DESISTÊNCIA TEMPORÁRIA** da vaga de estagiário, da candidata **ANA LUIZA FERREIRA GONSALES**, aprovada em 3º lugar, renunciando à sua classificação original e sendo reposicionada em último lugar na fila dos aprovados, no Processo Seletivo Simplificado de Estagiários de Ensino Médio do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, da comarca de Caarapó, homologado em 18 de outubro de 2017, nos termos do item IX – Da Convocação e Admissão – do Edital nº 001/2017/PJ Caarapó, e **CONVOCA** o candidato, **FELYPE AUGUSTO MISSIO DA SILVA** aprovado em 4º lugar no referido Processo de Seleção, para a entrega dos documentos necessários ao credenciamento, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação oficial deste, na sede da Promotoria de Justiça de Caarapó.

Caarapó – MS, 9 de novembro de 2017.

**ARTHUR DIAS JÚNIOR**

Promotor de Justiça

ANEXO ÚNICO

Documentos para Contratação:

- 1- Fotocópia legível da Cédula de Identidade e do CPF;
- 2- Declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela Instituição de Ensino, que informe o ano letivo, turno e semestre de estudo, bem como a data prevista de conclusão do curso;
- 3- Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades do estágio, por meio de anamnese e exame físico;
- 4- Certidão de inexistência de antecedentes criminais;
- 5- Declaração pessoal de ausência dos impedimentos previstos no art. 42, inciso I, da Resolução nº 015/2010-PGJ e no art. 19 da Resolução nº 42 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP);
- 6- Declaração pessoal do não exercício de estágio em qualquer outro órgão público ou privado;
- 7- Declaração pessoal indicando a agência do Banco do Brasil e número de conta-corrente, para recebimento da bolsa e auxílio-transporte;



8- Atestado de exame ABO-RH;

9- 2 (duas) fotografias coloridas, 3 x 4 (três por quatro), recentes;

10- Ficha de Cadastro preenchida em todos os campos, de forma manuscrita ou digitada, e assinada pelo candidato.

## EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

### COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

#### CAMPO GRANDE

#### RECOMENDAÇÃO nº 0007/2017/30PJ/CGR

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da 30ª Promotoria de Justiça de Campo Grande/MS, representado pelo Promotor de Justiça subscritor, no uso das atribuições previstas no artigo 127 da Constituição Federal; artigo 27, parágrafo único, IV, da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei nº 8.625/1993), artigo 29, inciso IV, da Lei Orgânica Estadual do Ministério Público (Lei Complementar nº 72/1994) e artigo 44 da Resolução PGJ nº 015/2007<sup>1</sup>:

**CONSIDERANDO** que ao Ministério Público cabe a defesa da ordem jurídica e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, *caput*, da CF/88; art. 1º da Lei nº 8.625/93 e art. 1º da LC nº 72/94), sendo que, para tanto, deve promover inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, III, da CF/88; art. 25, IV, b, da Lei nº 8.625/93 e art. 25, IV, b, da LC nº 72/94);

**CONSIDERANDO** que, segundo Hugo Nigro Mazzilli, o “*Promotor de Justiça do patrimônio público e social tem sua área de atuação voltada para a defesa da probidade e legalidade administrativas e da proteção do patrimônio público e social*”<sup>2</sup>;

**CONSIDERANDO** que a recomendação “*constitui um instrumento poderoso para conformação e adequação de condutas de agentes políticos e administradores públicos, consistindo numa espécie de notificação e alerta sinalizador da necessidade de que providências sejam tomadas, sob pena de consequências e adoção de outras medidas e expedientes repressivos por parte do Ministério Público*”<sup>3</sup>, viabilizando, dessa maneira, a demonstração de dolo para eventual ajuizamento de ação civil pública por ato de improbidade administrativa, sem prejuízo de ação própria para anulação do ato ilegal praticado;

**CONSIDERANDO** que, na linha do art. 37, *caput*, da Carta Maior da República, do art. 25 da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, Administração Pública deve pautar-se pelos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da eficiência, os quais são de plena exigibilidade jurídica, devendo ser observados compulsoriamente pelo ente público das esferas federal, estadual e municipal;

**CONSIDERANDO** que o princípio constitucional da moralidade administrativa, ao impor limitações ao exercício do poder estatal, legítima o controle de todos os atos de poder público que transgridam os valores éticos que devem pautar o comportamento dos órgãos e dos agentes governamentais, não importando em que instância de poder eles se situem;

**CONSIDERANDO** que o princípio da impessoalidade significa que “*a Administração Pública não pode atuar com vistas a prejudicar ou beneficiar pessoas determinadas, uma vez que é sempre o interesse público que deve nortear o seu comportamento*”<sup>4</sup>; enquanto o princípio da moralidade “*extrai-se do conjunto de regras de conduta que regulam o agir da Administração Pública; tira-se da boa e útil disciplina interna da Administração Pública (...)*”<sup>5</sup>, os quais são vilipendiados ao se permitir a contratação irregular de terceirizados, para exercício de atividade-fim no âmbito da Administração Pública;

**CONSIDERANDO** que de acordo com o artigo 11, da Lei n. 8.429/92, constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, e lealdade, em um rol exemplificativo;

**CONSIDERANDO** que o art. 37, II, da Carta Maior da República e o art. 27, II, da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul preveem obrigatoriamente que a investidura em cargo ou emprego público ocorre por meio de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou

<sup>1</sup> Disciplina o inquérito civil e demais investigações do Ministério Público na área dos interesses difusos, coletivos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis, as audiências públicas, os compromissos de ajustamento de conduta e as recomendações, e dá outras providências.

<sup>2</sup> MAZZILLI, Hugo Nigro. Introdução ao Ministério Público. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 319.

<sup>3</sup> ALVES, Leonardo Barreto Moreira e BERCLAZ, Márcio Soares. Ministério Público em ação. 2. ed. Salvador: JusPODVIM, 2013, p. 49.

<sup>4</sup> DI PIETRO, Maria Sylvania Zanella. **Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas, 2014, p.68

<sup>5</sup> GASPARINI, Diógenes. **Direito Administrativo**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 64



emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

**CONSIDERANDO** que foi instaurado no âmbito da 30ª Promotoria de Justiça o **Inquérito Civil n. 06.2016.00001270-3**, com o fito de apurar eventual na contratação de prestadores de serviços terceirizados para o exercício de função típica de cargo efetivo, no âmbito do Hospital Regional Rosa Pedrossian, objeto do contrato celebrado entre a Fundação de Serviços de Saúde de Mato Grosso do Sul e a empresa VYGA - Prestadora de Serviços de Conservação e Asseio Ltda;

**CONSIDERANDO** que no bojo da aludida investigação apurou-se, conforme informações prestadas pela própria Direção do Hospital Regional, que os funcionários terceirizados estariam desempenhando tarefas de limpeza dos resíduos e restos de alimentos na cozinha e em utensílios utilizados no nosocômio, bem como a coleta de bandejas de alimentação;

**CONSIDERANDO** que a Gerência de Folha, Cadastro e Lotação do Hospital Regional informou por escrito nos autos, que as tarefas de limpeza dos resíduos e restos de alimentos na cozinha e em utensílios utilizados no nosocômio, bem como a coleta de bandejas de alimentação, **fazem parte das atribuições dos cargos efetivos de "Auxiliar de Copa" e "Auxiliar de Cozinha", o que confirma a terceirização irregular da atividade-fim;**

**CONSIDERANDO** que restou apurado que existem candidatos aprovados no concurso para provimento de cargos de "Auxiliar de Copa" e "Auxiliar de Cozinha", integrantes da Carreira Gestão de Serviços Hospitalares do Quadro Permanente de Pessoal da Fundação Serviços de Saúde de Mato Grosso do Sul, realizado no ano de 2014 (Edital nº 01/2014-SAD/FUNSAU) e ainda vigente, que aguardam nomeação;

**CONSIDERANDO** que a terceirização irregular de atividade-fim no âmbito da Administração Pública, notadamente quando existem candidatos aprovados em concurso público, configura burla a regra contida no art. 37, II, da Carta Maior da República e no art. 27, II, da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, que preveem obrigatoriamente que a investidura em cargo ou emprego público decorre necessariamente de aprovação prévia em concurso público;

**CONSIDERANDO** que a violação a regra do ingresso por meio de concurso afronta os **princípios constitucionais da legalidade, moralidade e impessoalidade**, podendo, desse modo, ser enquadrada em ato de improbidade administrativa previsto no art. 11, inciso I, da Lei 8.429/92, bem como configura, no caso concreto, justa causa para a anulação do contrato de terceirização firmado, posto que irregular; e

**CONSIDERANDO** que antes da adoção de providências judiciais se mostra pertinente oportunizar aos gestores a adoção de todas as medidas administrativas necessárias a regularização da questão, com base no poder de autotutela da Administração Pública;

**RECOMENDA** ao Excelentíssimo **Senhor Secretário de Estado de Saúde**, ao Ilustríssimo **Senhor Diretor-Presidente da Fundação de Serviços de Saúde de Mato Grosso do Sul - FUNSAU** e ao Ilustríssimo **Senhor Diretor-Presidente do Hospital Regional Rosa Pedrossian**, com fundamento no art. 27, parágrafo único, IV, da Lei n. 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e art. 44 da Resolução nº 015/2007-PGJ, que:

I – Adotem todas as medidas administrativas voltadas a corrigir a terceirização irregular, no âmbito do Hospital Regional Rosa Pedrossian, das atividades inerentes aos cargos efetivos de "Auxiliar de Copa" e "Auxiliar de Cozinha", atualmente desempenhadas por funcionários terceirizados da empresa VYGA - Prestadora de Serviços de Conservação e Asseio Ltda, revogando, se for o caso, o contrato firmado;

II – Para a realização das atividades inerentes aos cargos em questão, notadamente as tarefas de limpeza dos resíduos e restos de alimentos na cozinha e em utensílios utilizados no nosocômio, bem como a coleta de bandejas de alimentação, promovam a convocação dos candidatos aprovados em concurso de provas e títulos para provimento dos cargos de "Auxiliar de Copa" e "Auxiliar de Cozinha", ainda vigente, que aguardam nomeação.

Ainda, que **informem** a esta Promotoria de Justiça, no prazo de **30 (trinta) dias**, se cumprirão a Recomendação, discriminando, em caso de afirmativo, todas as medidas adotadas, com a apresentação desde logo de eventual documentação pertinente.

Esclarece-se que o descumprimento desta Recomendação ensejará a interposição das medidas administrativas e judiciais cabíveis, em caso de omissão e manutenção da situação fática em tela.

Por fim, DETERMINO as seguintes providências:

1) encaminhe-se o teor deste expediente ao **Senhor Secretário de Estado de Saúde**, ao **Senhor Diretor-Presidente da Fundação de Serviços de Saúde de Mato Grosso do Sul - FUNSAU** e ao **Senhor Diretor-Presidente do Hospital Regional Rosa Pedrossian**, mediante recibo por escrito, para conhecimento e providência nos termos alhures;

2) encaminhe-se cópia da presente Recomendação ao responsável pela empresa VYGA – Prestadora de Serviços de Conservação e Asseio Ltda, para conhecimento;

3) na sequência, encaminhe-se cópia do expediente para o setor de publicação do DOMP, para cumprimento das normas de publicidade da presente Recomendação;

4) encaminhe-se, por fim, cópia da Recomendação ao Centro de Apoio Operacional do Patrimônio Público e Fundações, nos termos do art. 52 da Resolução n. 015/2007/PGJ-MS.

Campo Grande/MS, 27 de outubro de 2017.

**MARCOS ALEX VERA DE OLIVEIRA** – Promotor de Justiça

**RECOMENDAÇÃO N.º 06.2017.00001738-0**

**Autos de Inquérito Civil nº. 06.2017.00001738-0**

**Requerente: Ministério Público Estadual – CAOMA**

**Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul**

**Objeto: Gestão Ambiental**

O **Ministério Público Estadual**, por seu Promotor de Justiça que ao final subscreve, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 129 da Constituição Federal, artigo 132 da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, artigo 26, inciso IV, alínea “b” e artigo 28, ambos da Lei Complementar n.º 72/1994 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul), e:

**CONSIDERANDO** que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, da Constituição Federal);

**CONSIDERANDO** que a “*administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...)*” (artigo 37, *caput*, da Constituição Federal);

**CONSIDERANDO** que cabe ao Ministério Público, por designação constitucional, proteger o patrimônio público e social, adotando as medidas legais cabíveis para tanto, bem como fiscalizar a correta aplicação da lei, na forma dos artigos 127, *caput* e 129, inciso III, da Constituição Federal;

**Considerando** que o Ofício n. 1.024/GAF/GAB/IMASUL informa que os valores arrecadados com as multas administrativas ambientais são recolhidos para o Instituto do Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul – IMASUL, na fonte “recursos diretamente arrecadados”;

**Considerando** que referido o ofício destaca que “*não há Fundo Estadual de Meio Ambiente*”;

**Considerando** que, no referido ofício, há informação demonstrando que, nos anos de 2015, 2016 e 2017 (primeiro semestre) foram arrecadados R\$ 6.269.458,26 (seis milhões, duzentos e sessenta e nove mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais e vinte e seis centavos), os quais são recolhidos para o IMASUL;

**Considerando** que, segundo informação prestada no referido ofício, a regulamentação da matéria compete ao Executivo do Estado, notadamente para atender à conveniência e à oportunidade;

**Considerando** que, diante de tais informações, há aparente violação da norma do artigo 73 da Lei 9.605/98, que menciona que esses recursos deveriam ser destinados a um Fundo Estadual de Meio Ambiente ou a um Fundo com finalidade correlata;

**RECOMENDAR**, com objetivo de evitar eventuais demandas judiciais, ao ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, na pessoa dos Exmos. Governador do Estado e Secretário Estadual de Meio Ambiente, que:

a) providenciem, **no prazo de sessenta dias**, a partir do recebimento da presente recomendação, a criação do Fundo Estadual de Meio Ambiente, o qual poderá ser gerido pelo Conselho Estadual de Controle Ambiental ou outro órgão gestor para isso criado, mediante apresentação de proposta de lei de sua iniciativa à Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul;

**b) a partir do recebimento da presente recomendação**, até que haja a criação do Fundo referido na alínea anterior, que depositem os recursos arrecadados em pagamento de multas por infração ambiental a um dos Fundos existentes e em operação, desde que o Fundo escolhido tenha como objeto o tratamento de questões correlatas ao meio ambiente, o que deverá ser justificado pelos recomendados.

A ausência de observância da medida enunciada impulsionará o Ministério Público Estadual a adotar as providências judiciais e extrajudiciais pertinentes para garantir a prevalência das normas mencionadas de que trata esta **RECOMENDAÇÃO, inclusive serve para demonstrar o dolo em caso de não atendimento do mandamento legal.**

A presente **RECOMENDAÇÃO** não exclui a irrestrita necessidade de plena observância de todas as normas constitucionais e infraconstitucionais em vigor.

O Ministério Público Estadual deverá ser comunicado, **no prazo de dez dias a partir do recebimento da presente**, se o recomendado acolherá ou não a **RECOMENDAÇÃO**, sob pena de, não adotando as providências, ser manejada a ação civil respectiva, entre outras providências cabíveis. A presente recomendação será publicada no diário oficial do Ministério – DOMP, **além de publicação em Diário Oficial do Estado, às expensas do recomendado. No prazo de trinta dias**, deverá o recomendado comprovar a publicação deste texto.

Campo Grande, 6 de novembro de 2017.

**LUIZ ANTÔNIO FREITAS DE ALMEIDA** – Promotor de Justiça

---

**COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA**

---

**BONITO**

---

**Edital n. 0029/2017/02PJ/BTO**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua Lúcio Borralho, s/n, Bairro Vila Donária, CEP79.290-000, neste município.

**Inquérito Civil n. 06.2017.00002129-4**

**Requerente:** Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

**Requerido:** Silvio Rosa da Silva

**Assunto:** Apurar suposta irregularidade ambiental na Fazenda Santa Almeida, em razão da supressão de 69,5191 hectares de vegetação nativa

Bonito – MS, 07 de novembro de 2017.

**ALEXANDRE ESTUQUI JUNIOR** - Promotor de Justiça

**Edital n. 0030/2017/02PJ/BTO**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua Lúcio Borralho, s/n, Bairro Vila Donária, CEP79.290-000, neste município.

**Inquérito Civil n. 06.2017.00002128-3**

**Requerente:** Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

**Requerido:** Espólio de Saudalupes Sanches Vargas

**Assunto:** Apurar suposta irregularidade ambiental na Fazenda Potreiro - Parte, em razão da supressão de 39.4186 hectares de vegetação nativa

Bonito – MS, 07 de novembro de 2017.

**ALEXANDRE ESTUQUI JUNIOR** - Promotor de Justiça

**Edital n. 0031/2017/02PJ/BTO**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua Lúcio Borralho, s/n, Bairro Vila Donária, CEP79.290-000, neste município.

**Inquérito Civil n. 06.2017.00002113-9**

**Requerente:** Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

**Requerido:** Ramiro Alberti Filho

**Assunto:** Apurar suposta irregularidade ambiental na Fazenda Santa Maria, em razão da supressão de 4,2367 hectares de vegetação nativa

Bonito – MS, 07 de novembro de 2017.

**ALEXANDRE ESTUQUI JUNIOR** - Promotor de Justiça

**Edital n. 0032/2017/02PJ/BTO**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua Lúcio Borralho, s/n, Bairro Vila Donária, CEP79.290-000, neste município.

**Inquérito Civil n. 06.2017.00002114-0**

**Requerente:** Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

**Requerido:** Gibrail Antonio Capitanio

**Assunto:** Apurar suposta irregularidade ambiental na Fazenda Toca do Vô, em razão da supressão de 27,9233 hectares de vegetação nativa

Bonito – MS, 07 de novembro de 2017.

**ALEXANDRE ESTUQUI JUNIOR** - Promotor de Justiça

**Edital n. 0033/2017/02PJ/BTO**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua Lúcio Borralho, s/n, Bairro Vila Donária, CEP79.290-000, neste município.

**Inquérito Civil n. 06.2017.00002115-0**

**Requerente:** Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

**Requerido:** Waldomiro Thomaz

**Assunto:** Apurar suposta irregularidade ambiental na Fazenda Paredão, em razão da supressão de 3,7772 hectares de vegetação nativa

Bonito – MS, 07 de novembro de 2017.

**ALEXANDRE ESTUQUI JUNIOR** - Promotor de Justiça

**Edital n. 0034/2017/02PJ/BTO**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua Lúcio Borralho, s/n, Bairro Vila Donária, CEP79.290-000, neste município.

**Inquérito Civil n. 06.2017.00002116-1**

**Requerente:** Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

**Requerida:** Maria Custodia de Jesus

**Assunto:** Apurar suposta irregularidade ambiental na Fazenda Santa Tereza - Área 01, em razão da supressão de 27,6933 hectares de vegetação nativa

Bonito – MS, 07 de novembro de 2017.

**ALEXANDRE ESTUQUI JUNIOR** - Promotor de Justiça

**Edital n. 0035/2017/02PJ/BTO**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua Lúcio Borralho, s/n, Bairro Vila Donária, CEP79.290-000, neste município.

**Inquérito Civil n. 06.2017.00002117-2**

**Requerente:** Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

**Requerido:** Sebastião Osmyr Fonseca de Assis

**Assunto:** Apurar suposta irregularidade ambiental na Fazenda Santa Marta e Cedro I - parte 03, em razão da supressão de 15,0927 hectares de vegetação nativa

Bonito – MS, 07 de novembro de 2017.

**ALEXANDRE ESTUQUI JUNIOR** - Promotor de Justiça

**Edital n. 0036/2017/02PJ/BTO**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua Lúcio Borralho, s/n, Bairro Vila Donária, CEP79.290-000, neste município.

**Inquérito Civil n. 06.2017.00002118-3**

**Requerente:** Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

**Requerido:** Sebastião Osmyr Fonseca de Assis

**Assunto:** Apurar suposta irregularidade ambiental na Fazenda Santa Marta e Cedro - parte 4, em razão da supressão de 45,7239 hectares de vegetação nativa

Bonito – MS, 07 de novembro de 2017.

**ALEXANDRE ESTUQUI JUNIOR** - Promotor de Justiça

**Edital n. 0037/2017/02PJ/BTO**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua Lúcio Borralho, s/n, Bairro Vila Donária, CEP79.290-000,

neste município.

**Inquérito Civil n. 06.2017.00002119-4**

**Requerente:** Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

**Requerido:** Aparecido Alves de Oliveira

**Assunto:** Apurar suposta irregularidade ambiental na Fazenda Fortaleza 3 irmãos, em razão da supressão de 75,8445 hectares de vegetação nativa

Bonito – MS, 07 de novembro de 2017.

**ALEXANDRE ESTUQUI JUNIOR** - Promotor de Justiça

**Edital n. 0038/2017/02PJ/BTO**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua Lúcio Borralho, s/n, Bairro Vila Donária, CEP79.290-000, neste município.

**Inquérito Civil n. 06.2017.00002120-6**

**Requerente:** Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

**Requerido:** Edivaldo Luis Francischinelli

**Assunto:** Apurar suposta irregularidade ambiental na Fazenda Moreno - Área Desmembrada 01, em razão da supressão de 80,0265 hectares de vegetação nativa

Bonito – MS, 07 de novembro de 2017.

**ALEXANDRE ESTUQUI JUNIOR** - Promotor de Justiça

**Edital n. 0039/2017/02PJ/BTO**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua Lúcio Borralho, s/n, Bairro Vila Donária, CEP79.290-000, neste município.

**Inquérito Civil n. 06.2017.00002121-7**

**Requerente:** Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

**Requerido:** Laércio Padoim

**Assunto:** Apurar suposta irregularidade ambiental na Fazenda Aliança e parte da Fazenda Mutum, em razão da supressão de 3,0102 hectares de vegetação nativa

Bonito – MS, 07 de novembro de 2017.

**ALEXANDRE ESTUQUI JUNIOR** - Promotor de Justiça

**Edital n. 0040/2017/02PJ/BTO**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua Lúcio Borralho, s/n, Bairro Vila Donária, CEP79.290-000, neste município.

**Inquérito Civil n. 06.2017.00002122-8**

**Requerente:** Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

**Requeridos:** Hormino Antunes de Souza, Nelson Antunes de Souza

**Assunto:** Apurar suposta irregularidade ambiental na Fazenda Rio Formoso, em razão da supressão de 4,2407 hectares de vegetação nativa

Bonito – MS, 07 de novembro de 2017.

**ALEXANDRE ESTUQUI JUNIOR** - Promotor de Justiça

**Edital n. 0041/2017/02PJ/BTO**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua Lúcio Borralho, s/n, Bairro Vila Donária, CEP79.290-000, neste município.

**Inquérito Civil n. 06.2017.00002125-0**

**Requerente:** Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

**Requeridos:** Neuro Bulhões de Almeida, Cibele Santos da Rosa Almeida, Marco Antônio Bulhões de Almeida, Cristina Margarida Koopman de Almeida

**Assunto:** Apurar suposta irregularidade ambiental na Fazenda São João, em razão da supressão de 56,1837 hectares de vegetação nativa

Bonito – MS, 07 de novembro de 2017.

**ALEXANDRE ESTUQUI JUNIOR** - Promotor de Justiça

---

**CAARAPÓ**

---

**Edital n.º 0004/2017/01PJ/CRP**

A 1ª Promotoria de Justiça de Caarapó torna pública a instauração de Procedimento Administrativo que ficará à disposição

de eventuais interessados na Avenida Dom Pedro II, nº 1.730, Vila Planalto, em Caarapó/MS.

**Procedimento Administrativo nº 09.2017.00001744-6.**

**Requerente:** Ministério Público Estadual.

**Requerido:** Prefeitura Municipal de Caarapó.

**Assunto:** "Acompanhar o cumprimento das obrigações assumidas por ocasião termo de ajustamento de conduta firmado nos autos do Inquérito Civil nº 001/2015"

Caarapó/MS, 06 de novembro de 2017.

**FERNANDA ROTTILI DIAS** – Promotora de Justiça.

**Edital n.º 0005/2017/01PJ/CRP**

A 1ª Promotoria de Justiça de Caarapó torna pública a instauração de Procedimento Administrativo que ficará à disposição de eventuais interessados na Avenida Dom Pedro II, nº 1.730, Vila Planalto, em Caarapó/MS.

**Procedimento Administrativo nº 09.2017.00002044-0.**

**Requerente:** Ministério Público Estadual.

**Requerido:** Prefeitura Municipal de Caarapó.

**Assunto:** Acompanhar o cumprimento das obrigações assumidas por ocasião do termo de ajustamento de conduta e adendo firmados nos autos do Inquérito Civil nº 12/2013.

Caarapó/MS, 06 de novembro de 2017.

**FERNANDA ROTTILI DIAS** – Promotora de Justiça.

**Edital n.º 0006/2017/01PJ/CRP**

A 1ª Promotoria de Justiça de Caarapó torna pública a instauração de Procedimento Administrativo que ficará à disposição de eventuais interessados na Avenida Dom Pedro II, nº 1.730, Vila Planalto, em Caarapó/MS.

**Procedimento Administrativo nº 09.2017.00002068-4.**

**Requerente:** Ministério Público Estadual.

**Requerido:** Município de Juti.

**Assunto:** Acompanhar o cumprimento das obrigações assumidas por ocasião termo de ajustamento de conduta firmado nos autos do Inquérito Civil nº 013/2014.

Caarapó/MS, 06 de novembro de 2017.

**FERNANDA ROTTILI DIAS** – Promotora de Justiça.

**Edital n.º 0007/2017/01PJ/CRP**

A 1ª Promotoria de Justiça de Caarapó torna pública a instauração de Procedimento Administrativo que ficará à disposição de eventuais interessados na Avenida Dom Pedro II, nº 1.730, Vila Planalto, em Caarapó/MS.

**Procedimento Administrativo nº 09.2017.00002078-4.**

**Requerente:** Ministério Público Estadual.

**Requerido:** Município de Juti.

**Assunto:** Acompanhar o cumprimento das obrigações assumidas por ocasião termo de ajustamento de conduta e adendo firmados nos autos do Inquérito Civil 011/2013.

Caarapó/MS, 06 de novembro de 2017.

**FERNANDA ROTTILI DIAS** – Promotora de Justiça.

**Edital n.º 0008/2017/01PJ/CRP**

A 1ª Promotoria de Justiça de Caarapó torna pública a instauração de Procedimento Administrativo que ficará à disposição de eventuais interessados na Avenida Dom Pedro II, nº 1.730, Vila Planalto, em Caarapó/MS.

**Procedimento Administrativo nº 09.2017.00002106-1.**

**Requerente:** Ministério Público Estadual.

**Requerido:** Município de Juti.

**Assunto:** Acompanhar o cumprimento das obrigações assumidas por ocasião termo de ajustamento de conduta firmados nos autos do Inquérito Civil nº 02/2015.

Caarapó/MS, 06 de novembro de 2017.

**FERNANDA ROTTILI DIAS** – Promotora de Justiça.

**Edital n.º 0009/2017/01PJ/CRP**

A 1ª Promotoria de Justiça de Caarapó torna pública a instauração de Procedimento Administrativo que ficará à disposição de eventuais interessados na Avenida Dom Pedro II, nº 1.730, Vila Planalto, em Caarapó/MS.

**Procedimento Administrativo nº 09.2017.00003255-8.**

**Requerente:** Ministério Público Estadual.

**Requerido:** Município de Juti.

**Assunto:** Acompanhar o cumprimento das obrigações assumidas por ocasião do termo de ajustamento de conduta firmado nos autos do Inquérito Civil nº 10/2015.

Caarapó/MS, 06 de novembro de 2017.



**FERNANDA ROTTILI DIAS** – Promotora de Justiça.

---

**FÁTIMA DO SUL**

---

**Edital nº. 37/2017**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Fátima do Sul-MS torna pública a conversão do Procedimento Preparatório n. 06.2017.00000593-9 no Inquérito Civil Público n. 06.2017.00000593-9, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Ipiranga, n. 810, Jardim Ipiranga, em Fátima do Sul-MS, Fone (67) 3467-3421.

**Inquérito Civil Público n. 06.2017.00000593-9**

**Requerente:** Município de Fátima do Sul

**Requerido:** Eronivaldo da Silva Vasconcelos Júnior e sua equipe.

**Assunto:** Apurar eventual ato de improbidade administrativa, consistente em ilegalidades no Processo Licitatório n. 109/2016, Carta Convite n. 030/2016 (Execução de Pinturas na praça central e no parque aquático), praticado pelo ex-prefeito do Município de Fátima do Sul, Eronivaldo da Silva Vasconcelos Júnior e sua equipe.

Fátima do Sul-MS, 10 de outubro de 2017.

**ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR** – Promotor de Justiça

**Edital nº. 38/2017**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Fátima do Sul-MS torna pública a instauração do Procedimento Preparatório n. 06.2017.00001973-3, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Ipiranga, n. 810, Jardim Ipiranga, em Fátima do Sul-MS, Fone (67) 3467-3421.

**Procedimento Preparatório n. 06.2017.00001973-3**

**Requerente:** Ouvidoria do Ministério Público Estadual

**Requerido:** A apurar

**Assunto:** Apurar eventuais irregularidades noticiadas na manifestação n. 11.2017.00002435-5, registrada na Ouvidoria do Ministério Público Estadual.

Fátima do Sul-MS, 10 de outubro de 2017.

**ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR** – Promotor de Justiça

**Edital nº. 39/2017**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Fátima do Sul-MS torna pública a conversão do Procedimento Preparatório n. 06.2017.00000638-2 no Inquérito Civil Público n. 06.2017.00000638-2, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Ipiranga, n. 810, Jardim Ipiranga, em Fátima do Sul-MS, Fone (67) 3467-3421.

**Inquérito Civil Público n. 06.2017.00000638-2**

**Requerente:** Conselho Municipal de Saúde de Vicentina

**Requerido:** Hélio Toshiiti Sato, Graciele Cristina Pivetta, Edson Lopes Dantas, Antonio Ferreira da Silva e Município de Vicentina.

**Assunto:** Apurar eventual desvio de verba do Fundo Municipal de Saúde do Município de Vicentina.

Fátima do Sul-MS, 12 de outubro de 2017.

**ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR** – Promotor de Justiça

---

**MARACAJU**

---

**Edital nº. 0016/2017/02PJ/MCJ**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Maracaju-MS torna pública a instauração do Inquérito Civil, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Appa, 141, Centro, em Maracaju-MS.

**Inquérito Civil n. 06.2017.00001986-6.**

**Requerente:** Ministério Público Estadual

**Requerido:** Município de Maracaju

**Assunto:** Apurar a responsabilidade civil do Município de Maracaju, em razão da extração de cascalho sem o devido licenciamento ambiental, o que causou afloramento d'água no local.

Maracaju-MS, 08 de novembro de 2017.

**ESTÉFANO ROCHA RODRIGUES DA SILVA** – Promotor de Justiça

---

**NOVA ANDRADINA**

---

**Edital**

A 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina/MS torna pública a instauração de inquérito civil que está à disposição de quem possa interessar na rua São José, 564, bairro Centro, em Nova Andradina/MS.

**Inquérito Civil nº 06.2017.00001982-2.**

**Requerente:** Ministério Público.

**Requerida:** Vera Martins da Silveira Rodrigues.

Assunto: Apurar eventual dano ambiental decorrente de construção e ampliação de canais de drenos artificiais na fazenda Rondinha.

Nova Andradina, 06 de novembro de 2017.

**ALEXANDRE ROSA LUZ** – Promotor de Justiça

---

**COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA**

---

**BANDEIRANTES**

---

**ORDEM DE SERVIÇO Nº 001/2017 PJ – BANDEIRANTES/MS**

**Objeto:** Estabelece as diretrizes de atos de administração e atos de mero expediente sem caráter decisório no âmbito da Promotoria de Justiça da comarca de Bandeirantes/MS.

**O PROMOTOR DE JUSTIÇA DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DA BANDEIRANTES/MS, VICTOR LEONARDO DE MIRANDA TAVEIRA**, no exercício de suas atribuições legais,

**CONSIDERANDO** que a Promotoria de Justiça de Bandeirantes/MS faz uso regular do programa de automação denominado SAJ-MP, o qual confere maior celeridade e organização ao trâmite dos procedimentos judiciais e extrajudiciais sob responsabilidade do Ministério Público;

**CONSIDERANDO** que a delegação da prática de atos meramente ordinatórios aos órgãos de apoio administrativo, nos procedimentos internos da Promotoria de Justiça, é medida salutar para gestão interna e significa(rá) economia de tempo para o órgão de execução;

**CONSIDERANDO** que, por meio da Emenda Constitucional nº 045/2004, que promoveu a reforma do Poder Judiciário, visando torná-lo mais célere, foi inserido, no art. 93, o inciso XIV, com a seguinte redação: “os servidores receberão delegação para a prática de atos de administração e atos de mero expediente sem caráter decisório”;

**CONSIDERANDO** que o preceito acima mencionado aplica-se ao Ministério Público brasileiro, por força da simetria estabelecida nos termos do art. 129, §4º da Constituição da República;

**CONSIDERANDO** o que dispõe o art. 203, §4º do Código de Processo Civil, cuja redação é a seguinte: “Os atos meramente ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória, independem de despacho, devendo ser praticados de ofício pelo servidor e revistos pelo juiz quando necessário”.

**CONSIDERANDO** o que dispõe o art. 21 da Resolução nº 015/2007-PGJ, de 27 de novembro de 2007, cuja redação é a seguinte: “O presidente poderá expedir portaria interna em que constem os atos de mero expediente que o Oficial de Promotoria realizará independentemente de determinação expressa”;

**CONSIDERANDO** que há, portanto, norma interna que autoriza aos órgãos de execução a delegar aos órgãos de apoio administrativo a prática de atos meramente ordinatórios nos procedimentos de responsabilidade do Ministério Público, o que está em harmonia com os preceitos constitucionais vigentes;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Delegar aos servidores de apoio (Assessoria Jurídica e Técnico Administrativo) lotados nesta Promotoria a prática dos seguintes atos, independentemente de despacho:

- a) juntada, nos autos de Inquéritos Cíveis, Procedimentos Preparatórios, Procedimentos Administrativos, Notícias de Fatos e Procedimentos de Investigação Criminal, de documentos encaminhados pelas partes, interessados ou órgãos públicos, para a instrução dos feitos, certificando-se a providência;
- b) recebidos documentos na Promotoria de Justiça, o servidor (Assessor/Técnico) deverá cadastrá-lo no protocolo do sistema SAJ-MP, apor a etiqueta de identificação do número do protocolo, gerada pelo sistema, e promover, imediatamente, a juntada nos autos dos procedimentos listados na alínea “a”, deste artigo, lançando a respectiva certidão e promovendo as baixas necessárias à alimentação do Sistema.
- c) caso o documento recebido na Promotoria de Justiça se refira a mais de um procedimento em trâmite, o servidor (Assessor/Técnico) deverá reproduzi-lo e promover a juntada em todos os autos, certificando a medida;
- d) realizada a juntada, os documentos físicos deverão remanescer arquivados com a anotação “juntado em autos eletrônicos” indicando-se o número do procedimento SAJMP, sem a necessidade de novo despacho do órgão de execução.

**Art. 2º** - Após a realização de juntada, o servidor (Assessor/Técnico) fará imediatamente a conclusão do procedimento respectivo, alocando-o na fila “Aguarda Análise do Promotor”, do SAJ-MP.

**Art. 3º** - O servidor (Assessor/Técnico) deverá, após registrar no protocolo os convites e outros documentos meramente informativos (datas festivas, calendários, cópias de arrestos), deverá apresentá-los para despacho manual.

Parágrafo único – O servidor (Assessor/Técnico) deverá arquivar (dar baixa), no sistema SAJ-MP, os convites e outros documentos meramente informativos, após terem sido manualmente despachados.

**Art. 4º** - Em similitude ao que ocorre no âmbito do Poder Judiciário (art. 152, inciso I e art. 250, inciso VI da Lei nº 13.105/2015 – Novo Código de Processo Civil, que dispõem caber ao escrivão firmar alguns atos de comunicação do Poder Judiciário) e tendo em vista que a desburocratização – com a retirada, do órgão de execução, da prática de atos de mero expediente –, permite economia de tempo para a análise de questões fáticas e jurídicas mais relevantes para a preservação do interesse público fica delegada ao servidor (Assessor/Técnico) responsável pelo serviço de apoio, a atribuição para redigir, assinar e expedir os seguintes atos de mera comunicação às partes que não possuem caráter requisitório ou decisório:

- a) ofícios ou cartas, impressas ou eletrônicas, informando a comunicação de arquivamento de procedimentos;
- b) ofícios respondendo a convites;
- c) convites para comparecimento na Promotoria de Justiça;
- d) mensagens eletrônicas em resposta a requisições dos órgãos internos do MPMS.

**Parágrafo único.** O servidor (Assessor/Técnico) deverá consignar nos documentos de que trata o presente artigo, que os remete por ordem do Promotor de Justiça e com fulcro em atribuição delegada por esta Ordem de Serviço.

Publique-se no DOMPMS.

Fixe-se cópia no quadro de avisos desta Promotoria de Justiça.

Encaminhem-se cópias, via e-mail, ao Procurador-Geral de Justiça e ao Corregedor-Geral, para conhecimento.

Cumpra-se.

Bandeirantes/ MS, 09 de novembro de 2017.

**VICTOR LEONARDO DE MIRANDA** – Promotor de Justiça

**Procedimento n. 01.2017.00007424-8**

**Recomendação n. 0004/2017/PJ/BND**

**O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, pelo Promotor de Justiça na Comarca de Bandeirantes/MS, no exercício das atribuições conferidas pelos artigos 127 e 129, inciso VII, ambos da Constituição Federal; artigo 9º da Lei Complementar n. 75/93 c/c artigo 80 da Lei n. 8.625/1993; artigo 3, inciso X, da Lei Complementar Estadual n. 72, de 18 de janeiro de 1994, artigo 44 da Resolução n. 015/2007 – PGJ/MS, de 27 de novembro 2007 e Resolução n. 20, de 28 de maio de 2007, do Conselho Superior do Ministério Público, e:

**CONSIDERANDO** a natureza constitucional do Ministério Público, como instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, com a incumbência da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do artigo 127, *caput*, da Constituição Federal, notadamente no que tange ao controle externo da atividade policial, visando a garantir “o respeito aos direitos humanos, a prevenção ou correção de ilegalidades e abuso de poder relativos à atividade de investigação criminal e probidade administrativa no exercício da atividade policial<sup>6</sup>;

**CONSIDERANDO** a incumbência constitucional e legal do Ministério Público de exercer o controle externo da atividade policial, adotando, para tanto, todas as medidas cabíveis;

**CONSIDERANDO** que estão sujeitos ao controle externo do Ministério Público, os organismos policiais relacionados no artigo 144 da Constituição Federal, bem como as polícias legislativas ou qualquer outro órgão ou instituição, civil ou militar, à qual seja atribuída parcela de poder de polícia, relacionada com a segurança pública e persecução criminal, conforme disposto no artigo 1º da Resolução n. 20, de 28 de maio de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

**CONSIDERANDO** ainda, que de acordo com o inciso V do artigo 2º da Resolução mencionada: “o controle externo da atividade policial pelo Ministério Público tem como objetivo manter a regularidade e a adequação dos procedimentos empregados na execução da atividade policial, bem como a integração das funções do Ministério Público e das Polícias

<sup>6</sup> Nota técnica do CNMP – Ministério Público e Controle Externo da Atividade Policial;

voltada para a persecução penal e o interesse público, atentando, especialmente, para: (...) V – a prevenção ou a correção de irregularidades, ilegalidades ou de abuso de poder relacionados à atividade de investigação criminal;

**CONSIDERANDO** que “o controle externo da atividade policial tem como objetivo manter a regularidade e a adequação dos procedimentos empregados na execução da atividade policial, bem como integrar a atuação do Ministério Público e da Polícia direcionada para uma eficiente persecução penal, o que necessariamente passa pelo trabalho investigativo” e “assegurar a qualidade da investigação criminal é tarefa do Ministério Público no exercício do controle externo da atividade policial, buscando, principalmente, a superação de falhas na produção probatória, bem como o aperfeiçoamento e a celeridade na persecução penal nos termos da Resolução nº 20 do CNMP”<sup>7</sup>;

**CONSIDERANDO** que, doutrinariamente: “O legislador constituinte, após consolidar o Ministério Público como instituição autônoma e permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbida da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, lhe atribuiu, como função institucional, o controle da atividade policial. É seu dever, como órgão externo, assegurar que a atuação policial, a um só tempo, atenda aos princípios da efetividade e da legalidade, compatibilizando as características de máxima eficiência e absoluto respeito aos direitos fundamentais. A atuação institucional nessa seara, portanto, vai além da fiscalização das atividades tendentes à persecução penal, cabendo ao Ministério Público reprimir eventuais abusos, mediante instrumentos de responsabilização pessoal (penal, cível e administrativa) e também zelar para que as instituições controladas disponham de todos os meios materiais para o bom desempenho de suas atividades, inclusive, quando necessário, acionando judicialmente o próprio Estado”<sup>8</sup>;

**CONSIDERANDO** a instauração da Notícia de Fato n. 01.2017.00007424-8, a partir do recebimento de ofício do juízo desta comarca, noticiando possíveis irregularidades nas apreensões realizadas pelo Delegado de Polícia Civil de Bandeirantes/MS, conforme narrado nos autos n. 0800409-62.2017.8.12.0025 e 0800557-73.2017.8.12.0025;

**CONSIDERANDO** que as apreensões em questão foram levadas a efeito por ordem da autoridade policial, sem mandado judicial prévio, bem como fora de situação de flagrante delito, em desacordo com o disposto no artigo 6º, inciso II, do Código de Processo Penal, bem como no artigo 240, § 1º, do Código de Processo Penal;

**CONSIDERANDO** que a realização de apreensões fora da circunscrição deste município pode, em tese, ensejar a configuração de ofensa à Lei Complementar n. 114/2005, especialmente do disposto no §3º de seu artigo 4º<sup>9</sup> e na alínea “m” do inciso II de seu artigo 235<sup>10</sup>;

**RECOMENDA** ao Delegado de Polícia Civil de Bandeirantes/MS, **ANTENOR BATISTA DA SILVA JÚNIOR**, a abstenção da apreensão de bens e/ou de emitir ordens de serviços determinando a apreensão de bens fora das hipóteses acima mencionadas, quais sejam, as legalmente previstas.

Fixa-se o prazo de 15 (quinze) dias para que sejam adotadas as providências cabíveis, a divulgação adequada na Delegacia de Polícia e aos agentes policiais que lá trabalham e comunicadas a esta Promotoria de Justiça, com cópia dos respectivos documentos comprobatórios.

Encaminhe-se cópia ao Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito de Bandeirantes/MS, para conhecimento.

Encaminhe-se cópia ao Grupo de Apoio ao Centro de Apoio Operacional do Controle Externo da Atividade Policial, nos termos do artigo, 52 da Resolução n. 015/2007-PGJ.

Bandeirantes, 19 de outubro de 2017.

**VICTOR LEONARDO DE MIRANDA TAVEIRA** – Promotor de Justiça



**DIÁRIO OFICIAL DO MP**

<sup>7</sup> RECOMENDAÇÃO CONJUNTA Nº 007/2015/GACEP/CAOCEP

<sup>8</sup> MARREIROS, Adriano Alves (coord.). Manual Nacional do Controle Externo da Atividade Policial: o Ministério Público olhando pela Sociedade. 2. ed. rev. e ampl. Salvador: Ministério Público, 2012.

<sup>9</sup> Artigo 4º: (...)

§ 3º A ação investigativa executada por membros da Polícia Civil é praticada como regra geral nos domínios circunscripcionais de uma determinada área geográfica, podendo ultrapassá-los, se assim for necessário, em face das evidências subjetivas e objetivas do fato em apuração.

<sup>10</sup> Art. 235. Aos Delegados de Polícia, no cumprimento das funções institucionais e das atribuições da Polícia Civil, incumbe:

II - no exercício da atividade policial judiciária:

m) adotar providências imediatas e impostergáveis em outras circunscrições até que compareça a autoridade do local dos fatos;